



**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Ouvidoria**

## 1º RELATÓRIO SEMESTRAL DO ANO DE 2018

Na forma da Lei Complementar nº 34, de 26 de julho de 2012, e em cumprimento ao artigo 4º, VIII, da Resolução CNMP nº 095/2013, de 22 de maio de 2013 e da Resolução CNMP nº 153/2016, apresento o **1º Relatório Semestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas**, referente ao período compreendido entre janeiro e junho de 2018.

Nesse período, nosso sistema registrou **176 manifestações**, classificadas quanto à natureza conforme quadro demonstrativo abaixo:

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	TOTAL
Denúncia	83
Reclamação	40
Crítica	00
Elogio	00
Sugestão	00
Pedido de Providência/Informação	53

Em relação aos assuntos discutidos nas manifestações temos:

ASSUNTOS	TOTAL
Acessibilidade	04
Administração e funcionamento do Ministério Público	00
Atuação de membros e servidores	12
Concurso Público	07
Consultas e dúvidas jurídicas	00
Consumidor	03



**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Ouvidoria**

Controle Externo da Atividade Policial	<b>00</b>
Crimes	<b>16</b>
Demanda alheia à competência do Ministério Público	<b>11</b>
Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental	<b>03</b>
Educação	<b>01</b>
Eleitoral	<b>02</b>
Execução Penal	<b>00</b>
Idoso	<b>17</b>
Improbidade Administrativa	<b>09</b>
Infância e Juventude	<b>02</b>
Meio Ambiente	<b>00</b>
Outros	<b>09</b>
Residência na Comarca e Lotação dos Membros	<b>00</b>
Saúde	<b>04</b>
Serviços Públicos	<b>12</b>
Sindical e questões análogas	<b>01</b>
Violência doméstica	<b>10</b>
Lei de acesso à informação	<b>53</b>

Ressalta-se que, atendendo ao disposto no inciso VI do art. 4º da Resolução nº 95/2013 do CNMP, esta Ouvidoria encaminhou, quando pertinentes, às instituições competentes elogios, críticas, representações, reclamações, pedidos de informações e sugestões que lhes sejam dirigidos acerca dos serviços e das atividades desempenhadas por instituições alheias ao Ministério Público.

Em relação ao meio de acesso, foram realizados, nesse período, 73 (setenta e três) atendimentos on line, por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado em nosso sítio, 82 (oitenta e dois) atendimentos via e-mail, 19 (dezenove) via contato pessoal e 02 (dois) via postal/carta.

Do total das manifestações recebidas nesse período, 112 (cento e doze) foram arquivadas e 64 (sessenta e quatro) encontram-se aguardando resposta.



**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Ouvidoria**

No que diz respeito ao transcurso do prazo sem a devida prestação das informações, relaciono as seguintes manifestações:

	<b>Órgão Ministerial</b>	<b>Nº MP/AL</b>
1)	Promotoria de Justiça de Piranhas	11.2018.00000022-5
2)	Promotoria de Justiça de Maragogi	11.2018.00000029-1
3)	Corregedoria-Geral de Justiça	11.2018.00000033-6
4)	Promotoria de Justiça de Maragogi	11.2018.00000049-1

Já no que diz respeito as negativas ao pedido de informação, relaciono as seguintes manifestações:

<b>Órgão Ministerial</b>	<b>Nº MP/AL</b>	<b>Motivo</b>
Procuradoria-Geral de Justiça.	11.2018.00000034-7	Dados protegidos por sigilo juridicamente estabelecido. (salvar decisão p. 8)
Procuradoria-Geral de Justiça	11.2018.00000048-0	Inexistência de relatórios estatísticos instituído pelo CNMP que possibilite compilar todos os casos relacionados a grupo de extermínio e formação de milícias. Com a informação de possibilidade de procurar cada uma das promotorias do MPAL e solicitar-lhe as informações pertinentes. (p.10 salvar)

Doutro norte, informo que ao ingressar na Ouvidoria tomei conhecimento de que o antecessor tinha requerido a criação de um aplicativo Android, razão pela qual diligencieei as medidas necessárias junto ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador-Geral-Institucional para que o referido projeto fosse levado a frente.



**Estado de Alagoas**  
**Ministério Público Estadual**  
**Ouvidoria**

No mês de junho, o citado projeto foi concluído e lançado o aplicativo OUVIDORIA MPAL. Por meio deste aplicativo a população, após fazer o download na PlayStore (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.mp.mpal.ouvidoria>), poderá formular e consultar suas manifestações, que serão integradas com o sistema SAJ/MP.

Em abril, passei a integrar o Grupo Permanente de Incentivo à Autocomposição – GPIA, instituído pela Portaria PGJ nº 870/2015, como representante da Ouvidoria do Ministério Público conforme a Portaria PGJ nº 171, de 12 de abril de 2018.

E nesse primeiro semestre participei dos seguintes eventos:

- 1) **Audiência Pública: O Ministério Público quer Ouvir Você** – realizada na cidade de Arapiraca/AL, no dia 26 de fevereiro.
- 2) **36.<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNOMP** – realizada na cidade de São Luís/MA, nos dias 15 e 16 de março.
- 3) **37.<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNOMP** – realizada na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 07 e 08 de junho.
- 4) **II Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição no Ministério Público** – realizado na cidade de Brasília/DF nos dias 14 e 15 de junho.

Maceió/AL, 12 de julho de 2018.

**Valter José de Omena Acioly**  
Procurador de Justiça  
Ouvidor do Ministério Público do Estado de Alagoas